RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sábado, 28 de Novembro de 2026

Governo Lula acredita que EUA retomará negociações sobre tarifas apenas após eleição presidencial

Assessores da gestão Lula avaliam que administração Trump não tem interesse em diálogo comercial antes do pleito de 2026. Tarifa de 25% entra em vigor em 22 de julho.

Auxiliares do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) entendem que os Estados Unidos deverão restabelecer as conversas comerciais bilaterais, incluindo discussões sobre a taxação de 25% em produtos brasileiros, somente após a realização da eleição presidencial deste ano.

Ricardo Stuckert / PR



Conforme apurou o **Metrópoles**, entre os integrantes ouvidos da gestão, predomina a convicção de que a administração Trump considera inadequado retomar negociações com um governo que não cumpre as exigências norte-americanas a poucos meses de um pleito que escolherá o próximo presidente até 2030.

No decorrer deste ano, o governo norte-americano solicitou ao Brasil que adotasse medidas para frear investimentos estrangeiros no segmento de minerais críticos e terras raras provenientes de atores "extra-hemisféricos", ou seja, fora das Américas. Conforme indicado por integrantes brasileiros envolvidos nas tratativas, o pedido tinha como objetivo conter os investimentos chineses.

O pedido foi formulado no início deste ano, em uma das etapas de negociação entre equipes de alto escalão dos dois países acerca das relações comerciais múltiplas. O Brasil, contudo, recusou a proposta, considerando-a imprópria.

Washington também cobrou a liberalização integral do setor químico, a eliminação de tarifas sobre produtos industrializados e maior penetração no mercado automotivo, dentre outras exigências. O Brasil rejeitou essas demandas, detectando potenciais danos a indústrias domésticas.

Apesar da taxação que começará a vigorar na próxima quarta-feira (22/7), a estratégia no Planalto é ampliar o rol de exceções, que já alcança mais de 2 mil categorias de bens brasileiros. Porém, no curto prazo, a administração Lula também não identifica abertura dos norte-americanos para progresso nessas conversações.



O papel de Marco Rubio nas negociações

Se o eleito for o senador e pré-candidato Flávio Bolsonaro (PL-RJ), as perspectivas para entendimento com a gestão norte-americana já se mostram promissoras.

Em meados de junho, pouco depois de encontrar Trump na Casa Branca, o parlamentar encaminhou missiva ao secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, comunicando estar "pronto" para disponibilizar seu time de transição "instantaneamente" caso conquiste o pleito. Rubio respondeu manifestando gratidão pela "generosa oferta".

De acordo com informações obtidas, ainda que representantes do governo norte-americano afirmem publicamente manter os canais abertos com o Brasil, acredita-se que os avanços acontecerão apenas depois das eleições. Interlocutores do Planalto exemplificam essa posição citando a resposta de Rubio após a confirmação da tarifa de 25% contra o Brasil.

Por meio de mensagem em rede social, o secretário declarou que o Brasil não agiu com "boa-fé" nas negociações tarifárias com os EUA. Rubio complementou afirmando que as medidas econômicas de Lula prejudicam tanto cidadãos norte-americanos quanto brasileiros e que o presidente "colocou sua vaidade pessoal acima de um acordo para o bem do povo brasileiro, essas tarifas são a consequência disso".

O pronunciamento causou desconforto na gestão brasileira. Segundo funcionários do governo, a fala foi articulada para beneficiar Flávio Bolsonaro, pois foi amplificada por ele e seus apoiadores com intuito de fortalecer a narrativa de que Lula seria o culpado pelo tarifaço.

O chanceler Mauro Vieira respondeu publicamente que as manifestações são "inadmissíveis e ofensivas" e que Rubio criticou Lula "com brutalidade e prepotência".

O Brasil também compreende que há **potente atuação de um setor mais ideológico do Departamento de Estado dos EUA, sob a liderança de Marco Rubio, orientando as escolhas de punição ao país desde a primeira rodada de tarifas**. A gestão Lula sustenta que a cobrança tem motivação política e ideológica e que a fundamentação apresentada pelos EUA carece de solidez técnica.

O que você precisa saber sobre o tarifaço

- Na noite de quarta-feira (15/7), os EUA definiram que alguns produtos brasileiros sofreriam taxação de 25% seguindo análise do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR) sobre práticas comerciais brasileiras. A **tarifa passa a valer a partir da próxima semana, precisamente no dia 22 de julho**.
- Depois de conclusa a investigação, a administração brasileira procurou negociar com autoridades americanas, todavia, os diálogos entre as equipes não resultaram na anulação das cobranças.
- O Brasil se pronunciou contrário ao tarifaço, qualificando a ação como exagerada e intolerável.
- A gestão Lula pretende recorrer à Lei de Reciprocidade. "O Brasil iniciará imediatamente os processos para invocar os mecanismos contidos na Lei de Reciprocidade, sancionada unanimemente pelo Congresso Nacional, e retomará a questão na instância de solução de conflitos da OMC", comunicou o comunicado oficial.
- Embora haja tarifa genérica sobre bens brasileiros, a portaria que regulamenta a nova cobrança apresenta uma catalogação abrangente de dispensas. Entre os produtos isentos, destacam-se: café, mel de forma orgânica, açaí, carnes bovinas, suco de laranja, terras-raras e demais itens.
- Entre os artigos que receberão a tributação estão: combustível de etanol, máquinas para agricultura, sapatos, vestuário, substâncias químicas variadas, papel, açúcar e outros.

Dinâmica entre Lula e Trump

A administração tem exercido moderação quanto a declarações públicas de Lula sobre o tema. A diplomacia brasileira acredita que, caso Trump faça alguma manifestação direta, será considerada uma resposta pública do presidente.

Na sexta (17/7), durante compromissos no Rio de Janeiro, Lula comunicou que aguardará um pronunciamento direto do comandante norte-americano antes de comentar sobre o tarifaço. Mesmo assim, declarou que deseja enfrentar uma "guerra da narrativa e da verdade" a respeito do assunto e que Trump "precisará aprender a combater" utilizando a "força da palavra".



Neste instante, não está programado contato bilateral entre os dois chefes de Estado — nem por iniciativa da parte brasileira, nem da norte-americana. A possibilidade, porém, permanece em aberto, caso seja avaliada como relevante.

A interação entre Lula e Trump, portanto, continuará "realista" e "apropriada", segundo fontes da administração.